

ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Manifesta-se a respeito dos hospitais do sul do estado.

DEPUTADO DADO CHEREM - Solidariza-se com o deputado Dóia Guglielmi.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se ao lançamento do primeiro Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tece considerações a respeito do município de Araquari; questiona o secretário da Saúde sobre a não-liberação de recursos para o Hospital Hans Dieter Schmidt.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala sobre a sessão solene acontecida na cidade Joinville; reporta-se ao trabalho de dom Irineu Scherer com os dependentes químicos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à PEC n. 0001/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos direto ao horário dos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dóia Guglielmi, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nesta manhã de terça-feira tenho a grata alegria de poder usar esta tribuna e dizer que o povo do sul do estado está muito feliz pela visita do nosso governador Raimundo Colombo, na próxima quinta-feira, quando lançará o edital para fazermos a nossa via rápida, ou melhor, o trajeto que liga Criciúma à BR-101, cortando o nosso município de Içara.

Trata-se de uma obra sonhada há muito tempo que vai trazer desenvolvimento à região da Amrec, onde há grandes dificuldades relacionadas à mobilidade urbana.

Entendemos que essa é uma grande prioridade para os nossos companheiros do sul do estado, que agora realmente pode ser concretizada, dando mais tranquilidade aos moradores da região.

Gostaria de falar também no dia de hoje sobre o nosso hospital em Içara, o São Donato, que vinha passando por grandes dificuldades há algum tempo, tendo em vista a sua má administração. Todavia, existia uma grande ajuda da comunidade na busca

por um entendimento para que aquele hospital pudesse proporcionar tranquilidade e conforto às pessoas que dele necessitam. E há poucos dias tomou as rédeas daquele hospital um grupo de empresários encabeçado pelo sr. Zefiro Giassi, dono da rede de supermercados Giassi, o sr. Higino Ângelo Giassi, seu irmão, que trabalha numa área muito forte de facções, confecções, juntamente com o sr. Jaime Zanatta, que possui um grande empreendimento no sul do estado. Esses empresários tiveram, logo de início, que fazer um aporte de cerca de R\$ 800 mil naquele hospital, para que ele mantivesse as portas abertas.

O governo do estado, sensibilizado com a situação na última semana, levantou a possibilidade de efetuar um convênio na ordem de R\$ 900 mil, para que o hospital possa continuar atendendo à população, haja vista que haverá um desmembramento, o surgimento de um novo município, Balneário Rincão e adjacências, e porque Içara é cortada por uma rodovia, a BR-101, onde realmente há muitos acidentes.

Nós temos hoje em Içara também a segunda rodovia do estado, a SC-444, que chega a ter uma trafegabilidade dia, mês, ano de 36 mil veículos, onde temos uma grande dificuldade. Já este ano apenas nos primeiros cinco meses foram 294 acidentes, com cinco mortes.

Então, vejo a necessidade que esse hospital fique de portas abertas. E pela nossa grata alegria e satisfação esse grupo de empresários realmente resgatou na sociedade Içarense e região aquela grande credibilidade para que os nossos usuários realmente possam voltar e ser atendidos com mais tranquilidade e expectativa de ali buscar a saúde.

Também tivemos a oportunidade de estar com o secretário-adjunto Acélio Casagrande, do sul. Estivemos também em Tubarão no Hospital Nossa Senhora da Conceição, onde fomos felizes junto com a direção, com a nossa companheira e grande batalhadora irmã Jacira. E fomos buscar o entendimento junto ao governo federal, ao ministério da Saúde, para que a radioterapia possa

ser feita no Hospital Nossa Senhora da Conceição. E esse entendimento foi feito com o governo federal, com o governo do estado, e vamos aguardar para os próximos dias que esses encaminhamentos se tornem a grande realidade para o sul do estado, buscando também um melhor dia de saúde para toda aquela grande região que compreende 19 municípios, e agora temos o Pescaria Brava com emancipação também.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Pois Não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Há época em que ocupamos a secretaria de estado da Saúde não tínhamos dúvida da importância estratégica que é o Hospital São Donato, do município de Içara, que muito contribui e com certeza vai contribuir mais ainda no atendimento hospitalar da região, fazendo com que Criciúma possa desenvolver outro tipo de atividade. São três hospitais de extrema importância, o São José, em Criciúma, o São Donato, em Içara, e o Regional, em Araranguá.

Fico feliz que o exemplo venha da sociedade, em que a sociedade juntamente com o estado e a União participa de resolver os problemas da sua região.

Também, deputado Dóia Guglielmi, fico feliz em ouvir agora que v.exa. e o Acélio Casagrande estão envolvidos no credenciamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição, no município de Tubarão, já que na época tivemos a oportunidade de, juntamente com a grande irmã Enedina, credenciar o atendimento em quimioterapia, tratamento químico do câncer, um movimento que ninguém acreditava e que hoje é uma realidade.

Já antevejo, pelo seu pronunciamento, que a radioterapia logo se tornará realidade de extrema importância, fazendo com que esses pacientes se desloquem regionalmente, sem virem todos para o município de Florianópolis.

Então, parabéns a todos os envolvidos, e fico feliz em escutar essas manifestações e a materialização de todo esse processo.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Ouço o colega do sul do estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero parabenizá-lo pelo tema e pela amplitude e dizer que a via rápida é um sonho que vem sendo acalentado há muito tempo, principalmente com a participação do aeroporto regional de Jaguaruna, que vai dar, com certeza, um *start* muito forte de rotatividade de voos e futuramente o terminal de cargas.

Isso vai permitir sair do centro de Criciúma e em sete minutos, oito minutos acessar a BR-101, ou seja, em 20 minutos você conseguirá acessar o aeroporto. Isso com certeza fortalecerá a perspectiva de investimento em nossa região.

Na sequência, o Hospital São Donato hoje está sob a gestão do empreendedor Gino Giassi e de toda a sua equipe, que tem de todos nós, do sul, o aval e a credibilidade.

V.Exa. também falou aqui do Hospital Nossa Senhora da Conceição, do município de Tubarão. Na noite de domingo eu conversava com o governador e colocava a expectativa de um investimento de aproximadamente R\$ 6 bilhões para o estado de Santa Catarina.

Nós já tomamos uma posição nas comissões de Finanças e na de Transportes e Desenvolvimento Urbano de, nas respectivas áreas onde esses investimentos vão ser alocados, nós proporcionarmos pelo menos cinco grandes audiências no estado de Santa Catarina, ouvindo as nossas entidades de classes organizadas, todos os segmentos da sociedade, os prefeitos, as Câmaras de Vereadores, para que se possa fazer distribuir da melhor maneira possível esses recursos, para que possamos potencializar essa ação, para com certeza enriquecer ainda mais a economia do estado de Santa Catarina, principalmente a partir de 1º de janeiro do próximo ano, quando vamos ter um decréscimo na receita do estado por consequência da alíquota do ICM de importação.

Por essa razão, parablenizo v. exa., e esperamos que, de uma vez por todas, esse crédito que o sul tem ou débito que o estado de vários governos tiveram ou tem para com o sul seja resgatado neste momento.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Realmente esse trabalho do credenciamento da radioterapia também não é diferente dos procedimentos cardíacos que devem ser feitos nesses hospitais, até porque há pouco tempo, há menos de cinco anos, os deputados do sul, como Valmir Comin e Clésio Salvaro, conseguiram levar o credenciamento para os dois hospitais de Criciúma, o de São João Batista e o de São José.

Mais do que importante ainda é fazer com que Tubarão também tenha esses procedimentos, até pela grande demanda e a fila que se encontra hoje.

Quero apenas fazer um registro: o Hospital Nossa Senhora da Conceição tem 415 leitos e 1.196 funcionários de todas as classes de profissionais, entre médicos e pessoas que cuidam da limpeza. E lá são feitos todos os tipos de procedimentos na baixa complexidade. Mas é estranho, sr. presidente, porque lá é um hospital filantrópico. E o Hospital Joana de Gusmão, que é público e mantido pelo governo do estado, tem apenas 129 leitos e 791 funcionários. Mas torna-se uma grande diferença no atendimento na área da Saúde.

Eu fico feliz que ontem a secretaria da Saúde já conseguiu reunir as três federações do hospital filantrópico e começa a levantar um tema importante no estado de Santa Catarina, fazendo com que haja um equilíbrio e uma comparação de trabalho entre o hospital público e o filantrópico. Porque o hospital filantrópico consegue ter um atendimento tanto quanto com praticamente 50% dos funcionários?

Então, realmente tem que rever algumas situações que estão acontecendo no governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, também representando o sul, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. deputado Reno Caramori, srs. e sras. deputadas, amigos da nossa TVAL e da Rádio Digital.

(Passa a ler.)

"Na semana que passou, o governo do estado iniciou um novo processo de entendimento entre a comunidade e os empreendedores interessados em participar de parcerias público-privadas, em obras requeridas para o desenvolvimento de Santa Catarina, em especial na área de infraestrutura.

Por esta razão, desejo cumprimentar o governador Raimundo Colombo e o secretário de Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, pelo lançamento, na última quinta-feira, dia 24 de maio, do primeiro Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI- buscando junto a empreendedores, universidades, pessoas físicas, contribuições objetivas para as diretrizes que devam conduzir a licitação pública, com vistas à construção da chamada quarta ligação ilha/continente.

Quando Hercílio Luz, lá pelos idos da década de 20, consolidou Florianópolis como capital do estado, ao construir a primeira ligação, a famosa ponte que leva o seu nome, por certo já sabia que o crescimento da cidade requereria novas ligações.

Casualmente, neste dia 24 de maio, a Associação Catarinense de Engenharia completava 78 anos, entidade que, no curso de sua existência, foi figura proeminente na criação da universidade federal, na construção das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos e levantou as bandeiras mais consistentes que levaram à duplicação da BR-101.

Faço essas referências, pois estou convicto de que na hora exata de convocar as inteligências catarinenses para contribuírem nesse processo de condução de nosso primeiro PMI, Procedimento de Manifestação de Interesse...

De início, devemos reunir os interessados para formar o grupo dos decisores, tais como associações, sindicatos, universidades,

prefeituras e, com o concurso de audiências públicas, ser possível constituir o caminho correto do interesse dos usuários em busca da solução definitiva.

Neste caso específico, o Partido Progressista, do qual tenho a honra de liderar o processo na bancada, com sua forma política de perseguir o engrandecimento do nosso estado, contribuirá com a pasta da Infraestrutura, comandada pelo ilustre deputado Valdir Cobalchini, encarecendo o cumprimento ordenado dos passos a serem seguidos para que a importante obra tenha uma sequência firme, um cronograma físico-financeiro adequado, de sorte a garantir os benefícios requeridos à gente catarinense.

Em boa hora o governo do estado descobriu o caminho certo: eliminou propostas tidas como pacotes fechados, soluções prontas, que eram muito mais um negócio do que uma obra pública. Era como remendar calça velha com remendo novo. Já fazia isso no tempo que trabalhava na roça.

Além de chegarmos ao edital de licitação, alguns passos obrigatórios têm que ser cumpridos para garantir a segurança jurídica do processo, que é o que precisa, deputado Reno Caramori. Primeiro, a definição da melhor localização, estabelecendo o foco da análise, ou seja, as áreas das baías norte e sul e o continente; consultas em diversos pontos físicos sobre o interesse da comunidade, agregadas a pesquisas de origem/destino, deverão elencar os possíveis pontos de conexão na ligação ilha/continente, incluídos também os interesses ambientais e culturais.

A segunda definição é a da melhor solução construtiva, o elenco das concepções que devem incluir, pelo menos, a travessia seca com opções de ponte estaiada, ponte em arco, ponte pênsil, túnel imerso e túnel escavado e também a travessia úmida através do transporte marítimo.

Reunidas as competências e as inteligências ligadas à viabilidade técnica, voltam à ação os escritórios de engenharia consultiva, as

universidades, os órgãos de representação técnica, como o Crea, o Senge e a Ace.

A terceira definição é a das alternativas de financiamento. A viabilidade econômica vai completar o mosaico de necessidades do plano de negócios, incluindo alternativa de pedágio, exploração de estacionamento, comércio e outras possibilidades.

Sr. presidente, srs. deputados, a modelagem que apresento propõe trazer segurança à ação governamental e a garantia de benefícios à comunidade. É apenas uma contribuição que pretende nortear os caminhos do nosso desenvolvimento sustentável em projetos semelhantes de interesse do nosso estado e dos nossos municípios. Esse é o caminho elaborado, obras licitadas, cronograma executado, inauguração concretizada."

Esses são os procedimentos básicos e é uma singela contribuição que o nosso partido, o Partido Progressista e a bancada, através das pessoas do deputado Reno Caramori, do deputado José Milton Scheffer, do deputado Joares Ponticelli ao secretário de estado de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e ao governador do estado, para que implementem essas ações e que possamos, dentro de uma visão de médio e longo prazo e um chapéu macro, poder organizar todos esses investimentos, empreendimentos que, com certeza, haverão de resolver o problema definitivamente de mobilidade urbana da nossa capital e, conseqüentemente, "startar" cada vez mais impulsionando a economia catarinense.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL, alunos presentes nesta sessão, catarinenses, quero aproveitar este

momento para tratar de dois assuntos. O primeiro está relacionado ao município de Araquari, que está recebendo uma avalanche de investimentos, empresas que lá querem se instalar por ser um ponto estratégico, próximo ao porto de São Francisco do Sul, à BR-101 que está duplicada. Ou seja, ali há um valor estratégico logístico muito grande, e as empresas estão se instalando no local.

Mas quero também registrar que ontem foi assinado um convênio, através do qual conseguimos fazer o encaminhamento via governo do estado de recursos para Araquari poder trabalhar principalmente na região de São José do Itinga, divisa com Joinville, que foi assolada pela última enchente.

Esse recurso foi destinado exatamente para que a prefeitura de Araquari faça toda a manutenção e limpeza preventiva dos rios e das valetas, para minimizar o problema, uma vez que a região sempre sofre por conta de enxurradas. E tenho certeza de que a prefeitura vai poder desenvolver um bom trabalho naquela região de divisa, porque Joinville e Araquari já estão emendadas como uma grande metrópole.

Volto a dizer que estou cobrando uma resposta do secretário da Saúde, Dalmo de Oliveira - e o deputado Manoel Mota ficou de trazer hoje -, por não liberar até agora o valor de R\$ 1 milhão, já liberado pelo governador Raimundo Colombo, para a compra de equipamentos e instrumentos para reabrir as quatro salas de cirurgia que estão fechadas desde 2002, no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

O deputado Manoel Mota, na última quinta-feira, ao abordar a questão, ficou de trazer uma resposta, e espero que possa esclarecer à sociedade catarinense, principalmente de Joinville, por que o secretário Dalmo não quer liberar o R\$ 1 milhão que o governador autorizou. Parece que o secretário Dalmo está desrespeitando a autorização do governador Raimundo Colombo, não querendo liberar.

Não quero acreditar nas coisas que estão falando. Uns dizem que ele não quer liberar porque, se a sala do Regional estiver fechada, o recurso vai para a Unimed; outros dizem que não querem liberar porque se trata de uma emenda de minha autoria e, se sair, vai melhorar a minha posição nas pesquisas. Mas não quero acreditar nisso e quero que me deem uma justificativa do porquê de o secretário não liberar o recurso. Não me venham dizer que é problema de caixa, porque caixa há. Não pensem que, por eu ser da base do governo, vou me calar quando a população estiver sendo prejudicada. Vou cobrar aqui e estou esperando. O deputado Manoel Mota ficou de trazer a resposta.

Por que o secretário Dalmo não quer dar o dinheiro para o hospital Regional, se o governador liberou?

Então, vou ter que falar com o governador. Aliás, ele já sabe, já passei essa reclamação para ele. Vou ter que falar com o governador e dizer: Governador, a sua assinatura não está valendo nada. Porque o governador assina, e o secretário...

O negócio é o seguinte: tem gente, deputado Padre Pedro Baldissera, que pensa que os cargos políticos são reinados. E tem gente que senta em alguma cadeira e pensa que vira rei. Vira rei! Que o cargo é seu. Mas não é! Você está de passagem, somente de passagem, somente de passagem. Tem dia para começar e dia para terminar, e vale aqui para nós também.

Nós não somos, nós estamos. Isso é passageiro. Os cargos são passageiros. Mas as ações nossas para a comunidade podem ser perpétuas, tanto de benefício como também para prejudicar.

Quero saber aqui, deputado Manoel Mota, estou esperando que v.exa. possa trazer o porquê de o secretário Dalmo Claro de Oliveira não liberar o recurso.

Outra coisa: parece que hoje acordei para reclamar, mas não é isso. É que tem coisa que começa a chegar, começo a ficar agoniado e sou obrigado a falar. A pior coisa para mim é quando

duvidam da minha palavra, deputado Antônio Aguiar. A pior coisa para mim é quando dizem que estou mentindo, quando sabem que estou falando a verdade.

Meu pai me ensinou, deputado Padre Pedro Baldissera, que um dos patrimônios humanos que temos, que o homem tem, é a palavra. A palavra empenhada tem que ser cumprida.

Eu sou do tempo do fio do bigode. Não uso bigode como os deputados Dirceu Dresch, Padre Pedro Baldissera, Reno Caramori, mas palavra empenhada é palavra cumprida.

Se não me engano, em setembro do ano passado, numa visita do governador Raimundo Colombo a Joinville, ao bispo dom Irineu - que, inclusive, na quinta-feira, recebeu o título de Cidadão Catarinense, por proposição do deputado Darci de Matos, numa sessão sob a presidência do deputado Antônio Aguiar -, tratamos para que pudéssemos ajudar a igreja a comprar parte de uma terra onde funciona a fazenda da Esperança, para a recuperação de viciados ou de usuários de *crack*. É um trabalho fantástico que a fazenda Esperança faz. No Brasil inteiro, a igreja que v.exa. participa, a igreja católica, faz no Brasil inteiro, e o dom Irineu trouxe para Joinville e instalou na cidade de Garuva.

E precisava de dinheiro para comprar um imóvel que ficava no meio da terra onde estava funcionando. Esse imóvel já tinha uma casa e comprando-o já dava para duplicar o número de pessoas atendidas, de jovens atendidas.

Sempre fui muito sensível a essa causa. Então, combinamos o governador Raimundo Colombo e encaminhamos através de subvenção social para que pudesse ser repassado esse dinheiro à Mitra Diocesana para comprar a terra.

Houve lá um probleminha entre o prefeito de Garuva e o padre local, que foi superado, e os processos encaminharam e demos entrada. E dom Irineu me telefonou na semana passada, cobrando-me: "Deputado, não saiu, o que deu?"

Eu fui verificar o processo. E a secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville perdeu os

prazos e não conseguiu a liberação. E eu disse ao dom Irineu: O recurso está liberado, o recurso está previsto, mas houve alguém que bobou e perdeu prazo. Estamos agora no ano eleitoral, perdeu prazo.

E daí, o secretário Bráulio César da Rocha Barbosa foi à imprensa dizer que não tinha um documento meu lá na secretaria, que não tinha absolutamente nada e que era mentira minha que tinham perdido o prazo. Por quê? Nessa hora a gente vai para os documentos.

E eu vou trazer aqui, à tarde, até porque está na minha pasta que ficou lá em cima, o documento que apresentei, quando aproveitei a cerimônia de entrega de título de cidadão ao dom Irineu Scherer. Entreguei para ele, deputado Padre Pedro Baldissera, assinado pelo próprio secretário, no dia 28 de outubro de 2011, ano passado. Ele assinou o documento, o que prova que além de perder um prazo não sabe o que está acontecendo lá dentro, está desorganizado.

Um camarada dizer que não tem um documento que vou provar que foi assinado por ele mesmo! O secretário Bráulio Cesar da Rocha Barbosa assinou o documento no dia 28 de outubro, acho que é outubro de 2011. Ele assinou, deputado Sargento Amauri Soares, e vem dizer que não tem documento, que é mentira minha. Não, não vou perdoar. A verdade tem que ser dita, esclarecida. Alguém tem que assumir as coisas. E não pensem, vou dizer de novo, que agora porque sou membro da bancada do governo vou ficar calado com os erros, porque o governador não sabe disso.

O governador tem secretários para quê? Para ajudar no governo. Agora, quando secretários não ajudam, ficam com picuinhas políticas, na incompatibilidade ou, às vezes, na incompetência, ou desorganização, todo governo paga. E quando eu bato o dedinho, é o corpo inteiro que dói.

E venho aqui de novo, à tarde, trazer o documento assinado pelo secretário Bráulio Cesar da Rocha Barbosa e vou esperar que o deputado Manoel Mota venha dizer por que o secretário Dalmo Claro de Oliveira não quer liberar um milhão de

reais que já foi liberado pelo governador Luiz Henrique para reabrir quatro salas de cirurgia no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, que estão fechadas desde 2002. Estão fechadas há dez anos. E consegui fazer com que o governador liberasse, porque o governador tem essa sensibilidade social, e agora vem o secretário e desrespeita a assinatura do governador.

Quero esperar essa resposta, até porque Joinville está esperando, a região norte está esperando. Nunca iria imaginar que um secretário de Joinville estaria ensebando a liberação de um recurso para um hospital público. Quero esperar aqui e, com certeza, virá uma resposta, porque uma resposta tem que ter.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, é com alegria que hoje quero me reportar aos catarinenses sobre a grande sessão solene acontecida na cidade Joinville, quinta-feira à noite, por uma proposição do deputado Darci de Matos. Estavam deputados da região, o deputado Kennedy Nunes que aqui se pronunciou.

Foi realmente uma sessão importante, onde dom Irineu Scherer foi declarado oficialmente cidadão catarinense. E entre vários títulos, ele é gaúcho, ele é cidadão pernambucano, paulista, enfim tem vários títulos de cidadanias pelo trabalho que exerceu até hoje frente a várias dioceses e várias igrejas.

Quero me reportar ao trabalho de dom Irineu Scherer com os dependentes químicos, com aquelas pessoas mais humildes, carentes, necessitadas. Acho que é um grande trabalho que faz o bispo de Joinville, da diocese de Joinville.

Gostaria também de aproveitar o tema para me reportar novamente às autoridades competentes, no sentido de criarem cinco centros de recuperação de drogados no estado de Santa Catarina.

Tenho falado sobre o apoio que o governo deve dar às entidades filantrópicas que estão tratando dos dependentes químicos muitas vezes sem as mínimas condições. Por isso queremos que o governo dê apoio a essas entidades, a fim de que os drogados vejam uma luz no fim do túnel.

Temos certeza de que os drogados, os dependentes químicos, estão diretamente ligados ao uso da bebida alcoólica. É através do seu uso que a criança, que o jovem dá início a esse processo de dependência química. Acreditamos que 63% daqueles que fazem uso da bebida alcoólica tomam o seu primeiro gole em casa. Então, isso já vira um caso familiar. E temos que dar apoio também às famílias, pois é lá que se inicia a verdadeira formação, o processo de educação, através do exemplo.

Srs. deputados, a segunda droga mais usada em nosso estado e no Brasil são os psicotrópicos. E para a sua utilização estão envolvidos os setores médico, farmacêutico, que ganham milhões e milhões de reais e nada fazem para diminuir a dependência e para orientar os dependentes químicos.

Nós, brasileiros, tomamos muito remédio sem necessidade. Temos que fazer uso dele quando realmente houver necessidade. E quanto à venda indiscriminada de psicotrópicos nas farmácias com a anuência de profissionais da área, tanto de psicólogos quanto de médicos e de outros profissionais da área, temos que dar um basta, temos que parar de sustentar a indústria farmacêutica no Brasil, que é uma das maiores do mundo.

Para isso, temos que tomar algumas medidas. Por isso nós, como deputados estaduais, estamos dando entrada nesta Casa a uma lei proibindo a propaganda médica de remédios nos meios de comunicação. Temos que dar um basta nisso porque acabamos tomando remédio quando vemos uma propaganda na televisão sobre isso. Há

profissionais e estrutura competente para fazer isso.

A terceira droga mais usada é, sem dúvida alguma, a maconha, seguida da cocaína, do *crack* e de outras drogas. Há uma sequência para o uso das drogas por parte do seu usuário, e por isso temos que entrar com as medidas de contenção, temos que fazer com que não somente o poder público como também a sociedade sejam prevenidas quanto ao uso de drogas. E como vamos fazer isso? O primeiro passo é através da educação familiar e o segundo é através da educação nas escolas. As escolas, os professores, têm que ter condições de orientar as crianças, os alunos. Através dessa orientação poderemos diminuir o número de dependentes químicos no futuro.

A segunda é, sem dúvida nenhuma, a repressão. E a repressão às drogas se faz com a segurança pública, que precisa colocar os traficantes na cadeia e fazer com que a lei seja realmente aplicada e respeitada tanto para os traficantes quanto para os usuários.

Temos a terceira, que é a parte curativa. Esta é, sem dúvida nenhuma, muito importante, porque temos que não só tratar o drogado, mas também recuperá-lo para a sua família e para a sociedade. E isso se faz através da secretaria da Saúde. Temos certeza de que os médicos e os psicólogos estão disponíveis para ajudar essa grande gama de drogados que existe no nosso estado e no Brasil.

Temos certeza também de que os psicotrópicos levam, sim, à morte. Há estatísticas que mostram que um usuário de *crack* que usa a droga durante cinco anos está fadado à morte. Nesses cinco anos, um terço dos usuários de *crack* são recuperados, um terço deles estão em tratamento e outro terço não se curam. Portanto, em cinco anos há grande possibilidade de essas pessoas irem a óbito.

Então, temos que ver o que causa tudo isso! Muitas pessoas usam bebida alcoólica, usam drogas no volante, dirigindo automóvel ou caminhão, e causam acidentes gravíssimos em nossas rodovias. Esses acidentes são tão graves que nos deixam perplexos, estarrecidos, com a quantidade que

ocorrem em nosso estado. Temos que tomar medidas preventivas e corretivas para que possamos evitar esse grande número de acidentes que aí está.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta terça-feira, pela manhã, estamos nesta sessão ordinária, do calendário especial, pré-eleitoral, podemos dizer assim, e estou muito feliz pelo momento que estamos vivendo, pelos importantes atos que esta capital está realizando, podendo receber pessoas de fora, inclusive de outros países, como aconteceu no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica que está acontecendo em Florianópolis. O evento teve sua abertura na noite de ontem, aqui na passarela Nego Quirido, no nosso Centro de Eventos.

Srs. deputados, vou comentar à tarde sobre o encontro da rede Ecovida de Certificação Participativa, que está acontecendo na nossa Universidade Federal de Santa Catarina.

Trata-se de grandes eventos e gostaria, ainda, de comentar rapidamente sobre o 2º Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que acontece aqui na capital e que conta com a presença do nosso ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que apresentou durante o seu discurso, ontem à noite, o grande projeto do governo federal nessa área educacional e, principalmente, o desafio do Brasil a área da educação técnico-profissional.

O ministro comentou sobre a reestruturação da rede federal e disse que em 2002 contava com apenas 140 *campi* em nosso país e hoje chega em 2014 com a perspectiva de ter 562 *campi*. Diz o ministro: "Hoje a educação integrada vai além de

atender ao jovem, chega ao trabalhador e às famílias carentes que antes não tinham acesso à educação.”

Então, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha, essa é a nova perspectiva do nosso Brasil com o desenvolvimento sustentável, mas a formação dos nossos trabalhadores é essencial porque a qualificação dos nossos jovens, dos nossos trabalhadores, significa melhor renda, melhor qualidade de vida, mas acima de tudo o fato de podermos contar com um trabalhador ou uma trabalhadora qualificada para contribuir com o crescimento das nossas indústrias, do nosso setor produtivo no Brasil.

Então, gostaria de parabenizar o ministério da Educação, o governo federal, o nosso Instituto Federal de Santa Catarina que coordenou com toda a sua equipe esse grande evento que vai acontecer durante esta semana na nossa capital.

A nossa educação profissional está em festa na comemoração desse grande evento que vai contribuir muito em vários sentidos, da formação profissional, cultural etc.

Gostaria, ainda, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, de trazer o nosso reconhecimento ao nosso governo federal, à presidente Dilma Rousseff que, juntamente com o Congresso Nacional, faz um grande esforço para a construção de um código, uma legislação ambiental que traga presente essa nova realidade que o nosso país vive.

Desde 1965, quando foi construída a nossa legislação ambiental no Brasil, não havia mudanças profundas, significativas como as que estão sendo debatidas neste momento na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no governo. Com certeza é um marco histórico na caminhada deste nosso país, porque traz presente no texto, através de uma política pública, um tratamento diferenciado dos diferentes, principalmente quando se refere ao setor produtivo no meio rural brasileiro.

E sou sempre da opinião e defendo que a legislação tem que reconhecer as diferentes condições da nossa população e, neste caso, o

tratamento diferenciado para a agricultura, principalmente.

Aqui se fez e ainda se faz muito discurso, seja nesta Casa ou em qualquer outro espaço, no sentido de que temos que respeitar o pequeno agricultor familiar.

O texto aprovado no Congresso Nacional, principalmente o texto aprovado no Senado e agora sancionado pela presidente Dilma Rousseff com ressalvas, em virtude das quais já editou a Medida Provisória n. 571, de 25 de maio de 2012, regulamentando alguns pontos, na minha avaliação melhora essa diferenciação em vários quesitos. E refiro-me principalmente ao art. 61, segundo o qual as áreas consolidadas são respeitadas, ou seja, ele regulamenta o seu uso desde que as propriedades tenham no máximo até quatro módulos fiscais. E aqui há uma questão importante, porque o texto aprovado no Senado falava em 15m de preservação e a MP prevê que as áreas com até um módulo fiscal serão obrigadas a recompor cinco metros de APP em rios de até 10m de largura, não ultrapassando o limite de 10% da propriedade. Para propriedades de um a dois módulos, a recomposição é de oito metros, até 10% da propriedade. Os imóveis de dois a quatro módulos terão de recompor 15m, não ultrapassando 20% da propriedade. Acima de quatro módulos, a recuperação deve ser entre 30m e 100m.

Então, vamos ter uma diferenciação por tamanho de área. É uma questão polêmica, mas também justa e importante respeitarmos essas pequenas áreas, algumas de três, quatro hectares.

Então, são questões centrais na nossa avaliação, deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, porque atendem aos agricultores que têm pequenas áreas de terra, que terão que ceder uma área menor para a preservação ambiental.

A grande polêmica sobre essa questão foi levantada pela bancada ruralista, que queria o mesmo benefício para as grandes áreas. Mas eu sempre disse que não é possível tratar um agricultor que tem 10ha de terra da mesma forma que outro que tem 10.000ha. E tanto a Medida

Provisória n. 571, de 25 de maio de 2012, quanto o texto do Código Florestal aprovado pelos parlamentares reconhecem essa diferenciação.

A MP criou alguns artigos importantes, um deles referente às multas ambientais, sendo que a pequena propriedade poderá trocar a multa pela recuperação ambiental.

Outra questão importante é a cota ambiental. Cada cota ambiental tem um hectare, e há a perspectiva de o agricultor receber um pagamento por essa cota. Assim, uma empresa que precise preservar uma grande área pode comprar cotas de um agricultor.

Foi criado também o Cadastro Ambiental Rural - CAR -, e em cinco anos todos os agricultores deverão estar cadastrados. Não haverá burocracia, simplesmente o agricultor fará o cadastro da propriedade para ter acesso a créditos e políticas públicas. Esse cadastro é gratuito, feito por um órgão ambiental municipal ou estadual, de forma extremamente desburocratizada.

Nesse sentido, o agricultor já vai estar em dia com as sessões ambientais, não precisa mais fazer todas essa burocracia registrada em cartório, ele faz simplesmente o cadastro da sua propriedade.

Então, sr. presidente, estamos muito animados com o que foi aprovado na legislação ambiental brasileira. É polêmico, com certeza, uns achando que a lei tinha que ser mais branda, outros achando mais rigorosa, com mais preservação. Mas foi o que era possível neste momento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Tendo em vista algumas matérias ainda estarem em discussão, as matérias que seriam apreciadas neste horário passarão para a sessão da tarde.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Digital Alesc, demais pessoas que nos acompanham nesta manhã de terça-feira, eu apresentaria, na manhã de hoje, na reunião da comissão de Constituição e Justiça o relatório da PEC n. 0001/2012, dos bombeiros voluntários. Não o fiz em virtude de não termos tido quórum para a realização da reunião. E já informo que estou fazendo aqui na tribuna esta manifestação, porque não admito que alguém possa sair informando que estou protelando o debate da PEC n. 001/2012.

Nunca protelei e não estou fazendo. Hoje era o prazo para a leitura do relatório. Lá na admissibilidade também fiz o relatório nas duas semanas regimentais, o pedido de vista é que ficou sobrestado por dois meses. Hoje seria a data de apresentação do relatório, daí já não da admissibilidade, mas da análise da constitucionalidade da matéria.

Como falei, estou com o relatório pronto, já posso até adiantar, como tenho feito verbalmente com algumas pessoas. E busco seguir aquele debate que estava havendo entre as instituições públicas Bombeiros Voluntários e Ministério Público, tentando estabelecer e regular a realização das vistorias por parte dos Bombeiros Voluntários, evidentemente que mediante a normatização dos bombeiros públicos, do bombeiro estadual, do bombeiro estatal, melhor dizendo, que no caso do Brasil é o Corpo de Bombeiros Militar. Então, essa é a nossa visão, e estaremos apresentando uma emenda substitutiva à proposta original.

Por que não houve quórum na comissão de Constituição e Justiça de hoje, srs. deputados e especialmente telespectadores? Eu informei isso via Twitter, porque imediatamente já havia alguém lá me cutucando, inclusive um deputado desta Assembléia, de que eu não teria apresentado o relatório da PEC dos bombeiros. Eu estava com ele pronto, não apresentei porque não teve quórum.

Estava monitorando o gabinete, estava na Assembleia Legislativa desde às 7h30.

Saí de casa às 6h30, da Serraria, em São José, que fica a 15km daqui. E não houve quórum porque a maioria dos deputados ficou presa no trânsito.

Então, quando informei no Twitter que não houve quórum por causa da greve dos motoristas e cobradores, teve até usuários dessa rede social que acharam engraçado o fato de deputados não conseguirem vir para a Assembléia Legislativa por causa da greve de ônibus, entendendo que eu estava dizendo que deputados vêm para a Assembleia de ônibus.

Na verdade, não é isso; talvez a pessoa não esteja habituada com o caos que é o transporte, com a mobilidade urbana na região da Grande Florianópolis. Há dificuldade permanente, dificuldade diária, em tempo normal, de segunda a sábado, com fila para tudo que é lugar, especialmente pela manhã, para entrar na ilha ou vir dos bairros para o centro e, no final da tarde, para sair da ilha ou ir do centro em direção aos bairros.

Portanto, quem não saiu muito cedo no dia de hoje não chegou antes das 9h na Assembleia Legislativa. Os deputados que moram nos bairros da Grande Florianópolis, que são a grande maioria, e os que vêm de outras cidades, como de Itajaí, o deputado Volnei Morastoni, de Joinville, deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, de Blumenau, deputado Jean Kuhlmann e deputada Ana Paula Lima, e de Jaraguá do Sul, deputado Dieter Janssen, chegam às cabeceiras de acesso a Florianópolis depois das 7h da manhã e não entram antes das 9h, num dia como hoje que até este momento deve ainda haver engarrafamento.

Então, não é que os deputados evidentemente andem de ônibus, seria bom que andássemos porque também estaríamos dando um bom exemplo para o futuro da população, mas não é o caso, o deputado ficou sem condições de se locomover porque a cidade estava parada.

Refletindo sobre essa questão, e sempre fazemos isso, mesmo em tempos sem greve temos um

transporte que é caro em praticamente na maioria das cidades do Brasil, e na Grande Florianópolis o transporte coletivo é muito caro. E irei repetir isso quantas vezes forem necessárias, ou seja, se paga mais para andar de ônibus aqui do que andar de carro; se houver duas pessoas da mesma família para se transportar, de qualquer bairro para qualquer lugar, paga mais de ônibus do que pagaria de combustível para usar o carro.

Sr. deputado Reno Caramori, se formos pensar numa motocicleta, com o dinheiro da passagem dá para pagar a prestação dela e ainda o seu combustível, então é um transporte muito caro.

Apesar disso tudo, não dá para não se perceber que existe a ineficiência do transporte coletivo com relação ao particular, de automóvel. Basta somente analisarmos o que é o movimento de carros aqui e na Grande Florianópolis, nos dias sem greve, compararmos com o dia de ontem e o de hoje quando está havendo greve dos motoristas e cobradores. Eles estão com razão, porque lutam pela diminuição da jornada de trabalho, o que deveria ser exemplo para o conjunto de trabalhadores de nossa cidade, estado e país.

Mas não se pensa em transporte coletivo na Grande Florianópolis, a não ser como mais uma forma de se gerar lucro. E eu tenho defendido, desta tribuna, a necessidade dos poderes constituídos e da sociedade implementarem um sistema de transporte efetivamente público e pensar no coletivo não como geração de lucro, mas como essencial para a vida econômica, social, cultural, comercial e ambiental das cidades. Evidente que eu defendo a construção de uma empresa pública de transporte coletivo para a Grande Florianópolis, e as cidades deveriam se unir nesse sentido, ou o governo do estado poderia, sim, intervir na metrópole e criar uma empresa deste porte para servir de parâmetro. E garanto que seria possível baixar a tarifa aqui na capital.

Quanto ao transporte marítimo, a capital é uma ilha... E tenho falado aqui às vezes em tom irônico, mas é muito sério isto: a capital de

Santa Catarina é uma ilha, moram nela 300, 400 mil pessoas, e não temos uma batera para atravessar o canal do Estreito, se um dia houver necessidade.

No Brasil não tem isso, mas infelizmente se houvesse um terremoto aqui e não tivessem as pontes, a maioria da população da Ilha perecia por fome, sede, miséria e desgraça. Ou seja, ter uma capital que é uma Ilha e não ter transporte aquático coletivo é simplesmente absurdo. Ter um dos transportes mais caros do Brasil em relação à tarifa é outro absurdo!

Isso ocorre porque os poderes públicos estão infestados de interesses econômicos das empresas que ganham lucros explorando o transporte coletivo, que é uma concessão pública.

Esse debate precisa ser feito, precisa continuar, precisa ser aprofundado.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado!

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência se reserva o direito e obrigação de rapidamente prestar uma pequena homenagem ao nosso brasileiro Júnior dos Santos, o Cigano, que deu uma demonstração de técnica, mais uma vez disputando nos Estados Unidos.

Passa a ler.)

"Após prometer nocautear o norte-americano Frank Mir no segundo *round*, o brasileiro Júnior dos Santos, o Cigano, cumpriu o combinado neste sábado, no UFC 146, disputado em Las Vegas, EUA. Com uma verdadeira luta de boxe, o atleta brasileiro, de 27 anos, natural de Caçador, SC, manteve o cinturão peso pesado em sua primeira defesa de título no maior campeonato de MMA do mundo.

No começo da luta, Frank Mir tentou levar o brasileiro para o chão. Bem treinado, Cigano defendeu a queda e castigou o adversário com golpes pesados. Nos segundos finais do primeiro

round, o norte-americano balançou e por pouco não foi a nocaute.

Com a mão afiada e muitos socos na linha da cintura, Cigano derrubou Frank Mir no começo do segundo *round*, mas deixou o adversário levantar para seguir a aula de boxe. Visivelmente abalado, o norte-americano ainda levou mais socos antes de cair novamente no chão e apanhar ainda mais.

Cigano continuou acertando belos golpes de boxe, deu oportunidade para Mir se levantar e na sequência acertou uma combinação que deixou o adversário sem reação no chão do octógono. Diante do massacre, o árbitro interrompeu a luta e decretou a vitória do brasileiro.

'Minha mão está muito dolorida', disse, sorrindo, depois do nocaute. 'Gostaria de mandar um abraço especial para Salvador e Caçador, minha cidade natal, e para minha família', discursou ele, após a vitória."[sic]

Portanto, quero fique registrado nesta Casa. Embora seja um esporte agressivo, é um esporte mundial, e o Brasil está mostrando ao mundo todo que tem um atleta de nível. Um atleta de família humilde, de porte médio, que já trabalhou no plantio do alho, foi carregador de caminhão, lavador de pratos em restaurante, mas teve a oportunidade de praticar artes marciais e pode defender e mostrar Caçador e Santa Catarina para o mundo.

Parabéns ao Cigano, à sua família, e vamos propor a esta Casa que possamos prestar uma homenagem ao companheiro Cigano como brasileiro, catarinense e caçadoreense.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

